

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



**COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL  
E ZONA DO EURO NO PERÍODO DE 2001-2016**

**Rodolfo Francisco Soares Nunes**

**Maria de Fátima da Silva Previdelli**

## COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO NO PERÍODO DE 2001-2016

Rodolfo Francisco Soares Nunes<sup>1</sup>

Maria de Fátima da Silva Previdelli<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho busca apresentar a relação comercial brasileira com os países da Zona do Euro, no período de 2001-2016, apresentando as principais características e a importância dessa relação para o comércio exterior brasileiro. Apresenta, também, as principais teorias de comércio internacional que balizam o comércio mundial e as suas principais discussões, além de discutir o que constitui o caráter mercantilista do comércio internacional. Para alcançar os resultados, foram consultadas as bases de dados do Banco Mundial e a base de dados oficial do comércio exterior brasileiro (ComexStat).  
Palavras-Chave: Comércio Exterior; Brasil; Zona do Euro; Teorias do Comércio Internacional.

### ABSTRACT

The present paper seeks to present the Brazilian trade relationship with the countries of the Euro Zone, in the period 2001-2016, presenting the main characteristics and importance of this relationship for Brazilian foreign trade. It also presents the main theories of international trade that mark the world trade and its main discussions, as well as discussing what constitutes the mercantilist character of international trade. To achieve the results, the databases of the World Bank and the official Brazilian foreign trade database (ComexStat) were consulted.

Keywords: Foreign Trade; Brazil; Euro area; Theories of International Trade.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão.

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é apresentar como se deu o comércio entre Brasil e a Zona do Euro no período de 2001-2016 e analisar os resultados encontrados sob a luz das teorias do comércio internacional. Também se busca analisar o caráter mercantilista do comércio internacional em países periféricos.

A Zona do Euro, assim como a União Europeia como um todo, constitui uma das principais parceiras comerciais do Brasil. Esse comércio, e a forma como este é estabelecido, são passíveis de análise para entendermos como estes estiveram inseridos na política comercial brasileira.

Para tanto, o presente artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na parte seguinte abordaremos as teorias do comércio internacional, o contexto sob o qual elas foram formuladas e seus principais pressupostos. Posteriormente abordaremos o que constitui o caráter mercantilista do comércio internacional e como as políticas comerciais são definidas para atender a este caráter.

Logo após traremos os principais resultados do comércio entre Brasil e a Zona do Euro, incluindo os principais parceiros comerciais brasileiros e os principais produtos comercializados com a União Monetária. Por fim, à guisa de conclusão, traçaremos algumas considerações acerca dos resultados obtidos.

## 2. TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional é um dos principais temas da agenda econômica internacional e, conseqüentemente, é uma das principais preocupações na formulação de políticas econômicas em países que visam um crescimento econômico sólido. As relações comerciais não são estabelecidas instantaneamente, são resultantes de um moroso processo de negociações e, muitas vezes, obedecem a uma relação de dominação entre uma nação mais rica sobre uma nação mais pobre.

A discussão que cerca o comércio internacional e a sua relação com o desenvolvimento econômico das nações, principalmente quando tal relação está

intrinsecamente ligada com o processo de geração (ou transferência) de riquezas entre as nações, encontra lugar na teoria econômica. Faz-se necessário, no entanto, localizar, nomeadamente, em qual contexto estas teorias do comércio se estabeleceram. Conforme aponta Sarquis:

Com efeito, as teorias do comércio e do crescimento confundem-se com a própria origem do pensamento econômico e das Ciências Econômicas. Adam Smith e David Ricardo, entre outros, ressaltaram a relevância do comércio para a *riqueza das nações*. (SARQUIS, 2011, p. 27, grifo do autor)

Antes das formulações clássicas sobre a Economia Política, que contribuíram para o advento de um liberalismo econômico que se instalou no mundo a partir de meados do século XVIII, temos a presença de um conjunto de ideias e práticas econômicas que se estabeleceram na Europa, dentre o século XV até a metade do século XVIII, ao qual Adam Smith denominou, *a posteriori*, de Mercantilismo. Tais ideias e práticas não podem ser descartadas, principalmente quando abordamos o comércio internacional atual.

Eventos como a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos (1453), que influenciaram na conquista e criação de novos canais para realização do comércio entre povos, que já se encontrava em expansão, além das descobertas de novos continentes que contribuíram para um fortalecimento dos Estados Nacionais, tiveram suas contribuições para o estabelecimento desse período mercantilista.

A base desse sistema econômico era composta pela acumulação de metais preciosos (feita através do comércio e principalmente da pilhagem dos tesouros das colônias); a busca por uma Balança Comercial favorável estabelecida através da proteção do comércio nacional (obtida através da forte intervenção do Estado Absolutista), do estabelecimento de acordos<sup>3</sup>, além da manutenção das colônias (estabelecendo um pacto colonial<sup>4</sup> que garantisse o escoamento dos excedentes da produção europeia).

Leo Huberman explica, em um resumo, o que consistiu o Mercantilismo:

Na busca de tal objetivo [trazer riqueza e poder a toda a nação], mantinham o olho em todos os aspectos da vida diária e deliberadamente modificavam, moldavam e regulavam todas as atividades de seus súbitos. As teorias expressas e as leis baixadas foram classificadas pelos historiadores definitivamente como “sistema mercantil”. Na verdade, porém, não constituíam um sistema. O mercantilismo não era um sistema em nosso sentido da palavra,

3 Temos como exemplo o conhecido Tratado de Methuen (1703) também denominado de “tratado dos panos e vinhos” que serviu para fortificar o comércio e garantir uma demanda para Portugal e Inglaterra (CARDOSO, 2005).

4 Ver CARDOSO (2005).

mas antes um número de teorias econômicas aplicadas pelo Estado num momento ou outro, num esforço para conseguir riqueza e poder. (HUBERMAN, 1977, p.129)

Muito embora não possa ser considerado um sistema<sup>5</sup>, tal compêndio de teorias e leis, que foram aplicadas pelo Estado, constitui uma primeira tentativa de se estabelecer, de forma organizada, o comércio entre as nações e, não obstante, buscar, através deste comércio, o crescimento das mesmas.

Cabe ressaltar, também, que o Mercantilismo se iniciou no meio de uma Revolução Comercial e foi justamente no decorrer dessa revolução, que ocorreu a partir do século XII até meados do século XVIII, onde o comércio se expandia paulatinamente, que observamos uma expansão dos mercados, onde esta se tornou a força motriz da atividade econômica da época (HUBERMAN, 1977).

Percebe-se, então, que as relações internacionais que se estabeleciam predominantemente através do comércio, contribuíram para o estreitamento entre as nações, mediante uma relação de fortalecimento de umas nações e subordinação de outras.

Adicionalmente, destaca-se que dois fatos importantes aconteceram no ano de 1776: a Declaração da Independência norte-americana e a publicação da Riqueza das Nações, de Adam Smith. O primeiro tem sua importância pelo motivo de ser uma reação extrema à política colonial mercantilista da Inglaterra. O segundo, por ser um marco da economia política, que trazia ideias que iam de encontro com as políticas mercantilistas praticadas à época (HUBERMAN, 1977).

Isto posto, podemos finalmente destacar as teorias do comércio internacional, que são divididas entre teorias tradicionais e as novas teorias do comércio. As teorias tradicionais englobam as teorias clássicas e neoclássicas do comércio, pautadas no arcabouço teórico das vantagens comparativas. Enquanto que as novas teorias do comércio passam a contemplar as economias de escala e o comércio intraindústria (SARQUIS, 2011).

Portanto, o ponto de partida para abordarmos as teorias do comércio internacional são os clássicos da teoria econômica. No entanto, se faz necessário, primeiramente, conhecermos o contexto histórico sob o qual foram moldadas tais teorias. É, então, que

---

5 Entende-se sistema como a organização advinda de uma estrutura econômica, muitas vezes utilizado como sinônimo de modo de produção.

nos deparamos com a “explosão da Revolução Industrial”, que, segundo palavras de Hobsbawm:

Significa que a certa altura da década de 1780, e pela primeira vez na história da humanidade, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada, de homens, mercadorias e serviços (HOBSBAWM, 2015, p. 59)

Essa rápida multiplicação em seu todo tem relação com o comércio internacional e sua constante necessidade de buscar novos mercados e novas formas de produção. Não podemos, no entanto, desvincular a explosão dessa Revolução Industrial ao que aconteceu na forma de acumulação, que antecede à revolução.

Cada vez mais se fazia necessário o estabelecimento de uma teoria que sustentasse uma base para esse novo cenário que se instalava e que fosse mais eficiente no que diz respeito ao comércio internacional, rompendo barreiras e aumentando, portanto, o lucro.

Os teóricos clássicos desenvolveram seus argumentos baseados na teoria do valor-trabalho<sup>6</sup>, isto é, suas formulações têm como base que todo o processo de produção se utiliza apenas do trabalho como fator de produção. Segundo Sarquis:

A teoria clássica do comércio encontra sua forma mais acabada e difundida na lei ou no princípio das vantagens comparativas de Ricardo. Anteriormente, Smith havia estabelecido uma teoria das vantagens absolutas fundamentada em sua teoria do valor e da produção. Conforme a teoria, os países auferem ganhos de renda e de bem-estar ao manterem uma situação de livre-comércio entre si. Cada país se especializa, em alguma medida, na produção e na exportação dos bens que produz a custos inferiores, comparados estes em termos absolutos com os de seus parceiros. (SARQUIS, 2011, p. 31)

As teorias clássicas de comércio também são conhecidas como teorias ‘puras’, e compreendem a teoria das vantagens absolutas (TVA) de Adam Smith e vantagens comparativas (TVC) de David Ricardo. De acordo com a Teoria das Vantagens Comparativas ricardiana, um determinado país, que possuir uma maior produtividade na fabricação de determinado produto deverá se especializar neste produto, garantindo um maior superávit na Balança Comercial. Ao passo em que o mesmo país deve comprar de outros países que possuem uma produtividade maior na fabricação de outro produto (produtividade maior em relação à produção nacional).

---

6 Toda aquela teoria econômica baseada no trabalho como gerador de riqueza, utilizada por Smith, aprofundada (com algumas críticas) por Ricardo e trabalhada, posteriormente, por Marx. (MATTEI, 2003)

O país não deve, segundo Ricardo, produzir ambos os produtos, uma vez que o mesmo alcançaria um superávit maior produzindo (se especializando) apenas o produto que possui uma maior vantagem comparativa em vez de produzir ambos, como poderia sugerir a lacuna deixada pela teoria das vantagens absolutas, apresentada anteriormente.

A partir de então temos a presença do que chamamos de custo de oportunidade, onde Krugman e Obstfeld (2010) afirmam que “Essa diferença entre custos de oportunidade permite um rearranjo mutuamente benéfico da produção mundial.” (KRUGMAN e OBSTFELD, 2010, p. 22). Sarquis complementa:

Independentemente de sua simplicidade, as teorias clássicas contêm uma mensagem fundamental: o comércio induz processos de especialização que podem tornar as economias mutuamente mais eficientes, com mais alto padrão de produção e de consumo. A chave para esses ganhos de eficiência, que podem comportar algum crescimento econômico temporário, reside no aumento médio da produtividade global dos países. (SARQUIS, p. 32 e 33)

A TVC serviu como base para as teorias de comércio internacional posteriores, utilizada como pressuposto de modelos e criação ferramentas<sup>7</sup>, ganhando novas roupagens<sup>8</sup> e servindo de base para as políticas comerciais vigentes até hoje. Uma crítica à teoria clássica se deve principalmente à rejeição do trabalho como único fator de produção. As teorias neoclássicas do comércio, a outra parte das teorias tradicionais de comércio internacional, passam a fazer esse questionamento acerca dos fatores de produção.

Para os chamados “economistas neoclássicos”, as relações de comércio entre os países se darão também pelas vantagens comparativas, porém, estas vantagens serão definidas de acordo com a abundância ou escassez de dois fatores, capital e trabalho. Segundo Sarquis:

As teorias neoclássicas do comércio logram demonstrar que o comércio internacional resulta de dotações distintas dos fatores de produção entre os países. [...] As teorias neoclássicas diferem-se das teorias clássicas na formulação das vantagens comparativas. Nas teorias clássicas, tais vantagens se originam de diferenças tecnológicas ou, mais precisamente, de produtividade do trabalho. No marco das teorias neoclássicas, resultam das diferenças de dotação ou de abundância relativa dos fatores. (SARQUIS, 2011, p. 33)

7 A utilização dela no Modelo de Heckscher-Ohlin, no início do século XX e em ferramentas como a complexidade econômica, no início do século XXI, dentre outros.

8 Como é o caso do conceito de Vantagens Comparativas Reveladas, formulado por Bela Balassa em 1965.

O modelo tradicional pertencente à TVC, conhecido como modelo 2x2x1 (dois países, dois produtos e um fator de produção) é reformulado através do modelo Heckscher-Ohlin (H-O), conhecido como modelo 2x2x2 (dois países, dois produtos e dois fatores de produção).

Para entendermos melhor a aplicabilidade deste modelo, faz-se necessário entendermos quais são as suposições sob as quais este modelo se sustenta. Södersten (1979) apresenta as cinco:

As cinco suposições seguintes são essenciais à análise: (1) os custos de transporte ou outros impedimentos não existem para o comércio; (2) existe competição perfeita nos mercados de produtos primários e nos fatores; (3) todas as funções de produção são homogêneas, de primeiro grau; (4) as funções de produção são tais que dois produtos primários apresentam diferentes intensidade de fatores; e (5) as funções de produção diferem entre produtos primários, mas são as mesmas em ambos os países, isto é, o bem A é produzido com a mesma técnica em ambos os países, assim como também o bem B. (SODERSTEN, 1979, p. 61 e 62)

A principal função do modelo H-O é explicar a composição dos fluxos de comércio, ou seja, de que forma as transações comerciais entre os países são compostas e como estas apontam para um padrão de comércio internacional. (BAUMANN et al., 2004).

Por fim, Sarquis aponta os efeitos objetivados na utilização das teorias tradicionais na formulação de políticas econômicas:

As teorias tradicionais preveem relação positiva entre abertura comercial e expansão da atividade econômica, sendo que a primeira pode levar a segunda. [...] Pode-se dizer que os ganhos da liberalização comercial são estáticos, não precipitando por se efeitos dinâmicos, ou seja, de uma permanente elevação do crescimento. (SARQUIS, 2011, p. 35)

A utilização dos modelos resultantes destas teorias nos dias atuais acaba por afastar a política comercial da realidade do comércio internacional. Tais teorias não contemplam as mudanças do sistema capitalista e, conseqüentemente, as novas configurações do comércio mundial. Temos, por exemplo, a dificuldade de se introduzir nestes modelos, variáveis como o comércio intraindústria e os ganhos de escala (SARQUIS, 2011; KRUGMAN E OBSTFELD, 2010).

Objetivando solucionar estas dificuldades que são elaboradas as novas teorias do comércio. Nas palavras de Sarquis:

As novas teorias do comércio se caracterizam por contemplar as chamadas economias de escala. Ausente das teorias convencionais, as economias de escala podem advir de fatores tecnológicos e de estruturas dos mercados. Tipicamente, esses fatores se complementam. Essenciais a essas teorias, são comuns igualmente às teorias de crescimento endógeno. [...] As novas teorias do comércio foram inicialmente elaboradas, entre 1978 e 1985, em artigos seminais de Krugman (1979, 1980), Helpman (1981), entre outros. Desenvolveram-se em amplo e rico corpo teórico. Sua evolução pode ser classificada em três gerações ou vertentes: (a) comércio intraindústria; (b) política comercial estratégica (strategic trade policy); e (c) nova geografia econômica. (SARQUIS, 2011, p. 37)

A produção de bens em larga escala, proporcionando uma redução dos custos das empresas, é um processo posterior às formulações das teorias tradicionais, portanto, não podendo este estar inserido nos pressupostos das formulações clássicas e neoclássicas. Acompanhando a Nova Divisão Internacional do Trabalho, presente somente no século XX, o elevado grau de especialização da produção que resulta nestes ganhos de escala, são objetos das novas formulações acerca do comércio internacional. Sarquis complementa:

As novas teorias do comércio substituíram as hipóteses de concorrência perfeita por hipóteses alternativas de concorrência imperfeita, como base de funcionamento dos mercados. Assumiram economias de escala ou rendimentos crescentes de escala, ao invés de rendimentos constantes. Essas novas hipóteses haviam sido difundidas, com sólida fundamentação microeconômica, em estudos de organização das indústrias. (SARQUIS, 2011, p. 37)

O mercado em equilíbrio e o pressuposto de que a concorrência era perfeita foram questionados por estas novas teorias. O fato de que os monopólios e oligopólios existem e são de grande influência no comércio mundial contribuiu para que as teorias explicassem melhor a realidade diante as novas configurações do capitalismo. Além disso, a preocupação de se analisar o comércio intraindústria e a determinação de uma política comercial estratégica são de fundamental importância nestas teorias. Para Sarquis,

As novas teorias do comércio foram motivadas pela longa expansão do comércio mundial em ritmo mais intenso que o produto mundial e, sobretudo, pela concentração dessa expansão nas trocas intraindustriais, desde as primeiras décadas do pós-Guerra. [...] As novas teorias do comércio assumem de modo realista que os consumidores dispõem de preferências por diversos produtos, ainda que pertencentes a uma mesma indústria. Assim, podem os países especializarem-se na mesma indústria e não necessariamente em indústrias distintas, que requerem diferentes proporções relativas de fatores de produção. (SARQUIS, 2011, p. 38 e 41)

Essa maior proximidade às novas configurações do comércio mundial, sobretudo no período pós-guerra e a consideração da geopolítica no processo de formulação de

políticas comerciais, faz com que as nações se organizem de modo mais compatível com o processo de globalização. No que diz respeito à Política Comercial Estratégica, Sarquis comenta:

A Política Comercial Estratégica (*Strategic Trade Policy*) se conforma como conjunto de recomendações de política que derivam das novas teorias do comércio. Confronta-se com as propostas livre-cambistas das teorias clássica e neoclássica. Essencialmente, as novas teorias podem fundamentar intervenção governamental via, por exemplo, tarifas e outras barreiras à importação, estímulos e subsídios à exportação, à inovação, à pesquisa e ao desenvolvimento. (SARQUIS, 2011, p. 43)

Em um movimento contrário às recomendações liberais, tal política visa, através de uma maior intervenção governamental, buscar os melhores ganhos comerciais ao considerar as novas questões como geopolítica e organizações regionais. Para além disso, é fundamental que o país se organize internamente para que, através de uma maior produtividade, consiga uma maior competitividade em um mercado cada vez mais globalizado. Tal aumento de produtividade se daria através do comércio, utilizando os ganhos dessa relação para reorganização de seus setores.

É justamente ao considerarmos as novas configurações do capitalismo global e as relações de poder intrínsecas do sistema, que surge a preocupação sobre qual forma se inserir no comércio mundial, dada a sua localização e suas relações políticas. É assim que nos deparamos com a Nova Geografia Econômica, onde, segundo Sarquis:

A Nova Geografia Econômica procura projetar a produção e o comércio na dimensão espacial, como sugere o termo *geografia*. Destarte, passa a prover as novas teorias do comércio de atributos adicionais para aproximar potencialmente estas de uma compreensão do comércio como aspecto indissociável do crescimento econômico. (SARQUIS, 2011, p. 45)

Estes atributos adicionais que ajudam a compreender os novos *players* no comércio mundial e como estes, ao se utilizar do comércio e do fluxo de capitais, ganharam expressão ao longo do tempo. Também é uma teoria que nos ajuda a compreender como o comércio é estabelecido entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas.

Por fim, cabe ressaltar que as teorias tradicionais evoluíram de uma ideia de equilíbrio geral estático enquanto as novas teorias surgiram tentando compreender o dinamismo que o comércio internacional adquiriu ao longo do tempo (SARQUIS, 2011). Não é o objetivo deste trabalho analisar o impacto do comércio exterior no crescimento

e/ou desenvolvimento econômico de um país, mas o comércio internacional, mesmo se não for um motor do crescimento econômico, é de fundamental importância para o dinamismo de uma economia.

A seguir abordaremos o que se convencionou chamar de caráter mercantilista e as divergências entre protecionismo e liberalismo que constituem os pressupostos das teorias aqui apresentadas.

### **3. O CARÁTER MERCANTILISTA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL**

A discussão entre o “protecionismo x livre mercado” parece não encontrar um equilíbrio nas principais teorias do comércio internacional. O que ocorre é um embate entre os defensores de políticas que, de alguma forma, deem condições para o crescimento da indústria e comércio nacional e os que acreditam que o crescimento destes setores se dá, única e exclusivamente, através da liberalização do comércio, ou seja, através da livre atuação das forças de mercado.

No entanto, se observarmos alguns aspectos históricos – e deixarmos de lado os diferentes contextos históricos em que foram estabelecidas as diferentes teorias do comércio internacional – podemos observar um intermédio entre esses dois extremos e, com isso, traçar algumas questões acerca da ascensão e queda de grandes potências. Além do mais, podemos observar qual caráter adquiriu o comércio entre nações, ao longo do tempo e como este se comporta nos tempos atuais, principalmente no século XXI.

Joan Robinson, ao fazer algumas contribuições às novas configurações da economia mundial da segunda metade do século XX, traçou críticas às argumentações dos teóricos que defendem o livre comércio. Assim, em suas palavras:

O argumento dos economistas em favor do livre comércio é desenvolvido por meio de um modelo do qual todas as considerações relevantes são eliminadas pelas suposições. Todo país desfruta do pleno emprego. Não há migração de trabalho nem investimento internacional, por maiores que sejam as diferenças no nível de lucros em diferentes países (ROBINSON, 1979, p. 236)

Portanto, a crítica que se estabelece é justamente na inadequação dos pressupostos dessa teoria à realidade da economia. Mesmo distante da realidade, tal doutrina serviu para a formulação de políticas econômicas e, em especial, políticas comerciais que

balizaram o comércio durante vários anos. A própria autora explica o motivo de tal teoria, nestas condições, ter encontrado tanta sustentação nestas políticas:

Não nos devemos surpreender com o fato de que aquilo que hoje parece uma construção frágil, como um modelo de economistas, tenha então exercido tão grande peso e autoridade, pois esse modelo na realidade não tinha de sustentar-se em sua base lógica: era uma fachada para um dogma com sólidos interesses atrás de si (ROBINSON, 1979, p. 237)

Desta forma, acredita-se que tais medidas liberalizantes foram adotadas – não como estratégias de desenvolvimento do próprio país –, como imposição sobre os países mais pobres, garantindo aos países mais ricos, uma parcela maior na atividade econômica de maior valor agregado. Para estes países mais ricos, a estratégia adotada foi justamente a oposta, conforme explica Robinson:

Cada país, ao ver os lucros caírem e o desemprego aumentar, tentou salvar para si uma parcela maior do total reduzido da atividade mundial, usando diferentes meios – tarifas, quotas de importação, subsídios, desvalorização cambial e condesvalorização – e todos exportando seu próprio desemprego, como dizia, para o resto do mundo. (ROBINSON, 1979, p. 237)

Tais medidas figuraram entre as políticas econômicas dos principais países centrais. Ha-Joon Chang, ao estudar as políticas de desenvolvimento econômico utilizadas pelos países ao longo do tempo, em seu livro *Chutando a Escada*<sup>9</sup> (2002), analisa as principais políticas que dizem respeito à estratégia industrial, comercial e tecnológica. Para o autor, o que se configurou, principalmente no pós-crise de 1929, foi uma espécie de “protecionismo oculto”. (CHANG, 2004)

Como dito anteriormente, as principais características do que se convencionou chamar de mercantilismo são: acumulação de riquezas, garantia de uma Balança Comercial superavitária, estabelecimento de acordos e exploração das colônias, como forma de manutenção do Estado. O que se discute aqui, no entanto, é o denominado “novo mercantilismo” onde, nas palavras de Robinson:

A característica do novo mercantilismo é a de que todo país deseja ter um excedente em relação aos outros. [...] Uma das razões pelas quais os países querem ter um excedente na conta redimento é que isso torna possível ter um excedente geral de modo a ganhar reservas. Isso ocorre, em parte, porque um equilíbrio exato não é possível, e o excedente é uma falta no lado certo, e em

---

9 “Chutar a escada” foi um termo cunhado por List que designava a sugestão de algumas políticas diferentes das utilizadas pelo país para alcançar determinado nível de desenvolvimento. Um país, ao alcançar determinado nível de desenvolvimento, chutava a escada, impedindo que os outros subissem àquele patamar.

parte porque é altamente desejável ter um bom estoque de reservas para uma emergência, especialmente nestas épocas incertas em que até mesmo as moedas mais respeitáveis são passíveis de súbitos ataques de especulação adversa. (ROBINSON, 1979, p. 240 e 241)

É importante ressaltar, porém, que a autora observa essa característica em meados da década de 1970, sem ter compreensão completa do fenômeno da financeirização e mundialização do capital, uma vez que este estava em início, mas consegue observar a necessidade que as nações tinham em acumular reservas e que tal fluxo era de fundamental importância para a sobrevivência do Estado-nação. Nas palavras da autora:

O tipo de fluxo do capital para fora hoje em moda é muito diferente do investimento colonial do século XIX para obter mercadorias exóticas para as quais já havia um mercado em vista. O empréstimo moderno é, em grande parte, apenas uma colocação – compra de bens que já existem. E quando implementa um investimento real é, com frequência, um investimento para abastecer um mercado interno recipiente, protegido por tarifas ou condições de monopólio. Para o país receptor, esse tipo de investimento pode ser um constrangimento. (ROBINSON, 1979, p. 242)

Dada a nova forma e acumulação de divisas, é necessário pontuar, também, as transformações ocorridas nos acordos comerciais e nas novas influências entre países ricos sobre países pobres, uma espécie de “novo colonialismo”.

A relação estabelecida entre os países pobres com os países ricos é de dependência. Nesta condição, o Estado-Nação se apresenta com sua existência ameaçada. Segundo Ianni,

O impasse em que foi posto o estado-nação, na América Latina e no Caribe, está presente em todo debate sobre a busca de melhores condições para o desenvolvimento econômico nacional, a construção de uma nova ordem econômica mundial. Mas são vários os dilemas com os quais se defronta a sociedade nacional: os vaivéns das negociações para pagar, escalonar, reescalonar ou rolar a dívida, diante das exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos bancos estrangeiros credores; as medidas para reduzir a inflação interna e externa, compreendendo o controle dos salários, a redução dos juros da dívida, empréstimos etc.; (IANNI, 1988, p. 211)

Com o Estado-Nação em crise, tanto pela ascensão das firmas como protagonistas nas relações comerciais, quanto pela crise do endividamento para garantia da reprodução do capital em seu território, o poder de ação do Estado se encontra cada vez mais balizado e alinhado aos interesses das grandes potências.

Com o advento das políticas econômicas adotadas no período pós-1980, que estabeleciam, principalmente para as nações subdesenvolvidas e endividadas, diversas

recomendações que rumaram para uma liberalização do comércio destas nações. Tal fase marca o fim das políticas intervencionistas em países em desenvolvimento. Segundo Chang,

Afortunadamente, segundo se sustenta, grande parte das políticas intervencionistas vem sendo abandonada em todo o mundo desde a ascensão do neoliberalismo, nos anos 80, que enfatiza as virtudes do Estado mínimo, das políticas do *laissez-faire* e da abertura internacional. No fim da década de 1970, o crescimento econômico começou a claudicar na maioria dos países em desenvolvimento, com exceção dos do leste e do sudeste asiático, que já vinham implementando políticas “boas”. (CHANG, 2004, p. 32)

Se faz necessário destacar que por “políticas boas”, Chang considera todas aquelas determinadas pelo famigerado “Consenso de Washington”, que incluem, entre outras, “políticas macroeconômicas restritivas, a liberalização do comércio internacional e dos investimentos, a privatização e a desregulamentação” (CHANG, 2004, p. 11). É importante acentuar que a hipótese que o autor investigava era a utilização, por parte dos países desenvolvidos, das políticas recomendadas aos países em desenvolvimento.

Sendo assim, fica evidente que as políticas de livre comércio encontram lugar nas estratégias de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, ao passo que, quando utilizadas, tais políticas só obtiveram êxito em momentos distintos nos países desenvolvidos, a saber, quando tais países já obtinham sua estrutura produtiva organizada e estruturada.

Tais recomendações encontram-se presentes, nas teorias de comércio internacional, vistas anteriormente. O que se estabelece, no capitalismo contemporâneo, é a dicotômica disputa entre políticas protecionistas e liberalizantes, porém, aplicadas de formas polarizadas: protecionistas para os países de centro e liberalizantes para os países da periferia.

Este embate, embora apresentados com novas roupagens (neoliberalismo, globalismo etc.) acaba por conceder um caráter mercantilista para o comércio internacional: busca de riqueza (em suas diversas formas) através da manutenção do subdesenvolvimento de nações, onde estas, ao figurarem entre os grandes acordos que regem o comércio pelo mundo, garantem o desenvolvimento dos países desenvolvidos, através da exploração do capital globalizado. (ROBINSON, 1979; FURTADO; 1998; CHANG, 2004; e IANNI, 2011)

A seguir, traremos os principais dados do comércio entre Brasil e Zona do Euro, como o total exportado e importado e os principais produtos comercializados no período de 2001-2016.

#### 4. O COMÉRCIO BRASIL-ZONA DO EURO ENTRE 2001-2016

A seguir apresentamos os dados do comércio entre Brasil e Zona do Euro no período de 2001-2016, compreendendo dados gerais de comércio, principais produtos importados e exportados para a união monetária, além das informações quanto à complexidade da economia e do país.

No entanto, algumas considerações devem ser feitas. Os dados analisados correspondem aos 12 primeiros países<sup>10</sup> a ingressarem na União Monetária, apesar de abordar os motivos empiricamente mais à frente, cabe antecipar que são estes os responsáveis pelos maiores volumes de transações nesta relação comercial, portanto, pela relevância na participação no total comercializado serão considerados estes países como a Zona do Euro.

Os dados relacionados ao comércio Brasil-Zona do Euro (BRA-ZE) foram retirados de diversos bancos de dados. Para os dados gerais, como Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, participação da Indústria, Manufaturas, Agricultura e Terra utilizada pela agricultura foi consultado o banco de dados do Banco Mundial. Para os dados mais específicos do comércio exterior brasileiro, os dados foram retirados do Banco de Dados do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Primeiramente, precisamos definir a importância do comércio BRA-ZE no comércio exterior brasileiro para em seguida destrinchar algumas características dessa relação.

Na Tabela 01, contam os dados relativos ao total comercializado pelo Brasil com o resto do mundo e, posteriormente, os dados referentes ao comércio do Brasil com a Zona do Euro, dentre outras especificidades.

---

10 Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, República da Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal.

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
 NO PERÍODO DE 2001-2016

**Tabela 01** – Total exportado, importado, volume de troca, Balança Comercial e termos de troca do Brasil, no período de 2001-2016

[1] ANO	[2] Total exportado pelo Brasil em % do PIB do Brasil	[3] Total importado pelo Brasil em % do PIB do Brasil	[4] Volume comercial com o exterior do Brasil em % do PIB do Brasil	[5] Balança Comercial do Brasil em % do PIB	[6] EXP/IMP Total [*]
2001	10,39%	9,91%	20,30%	0,48%	1,05
2002	11,87%	9,28%	21,15%	2,59%	1,28
2003	13,07%	8,65%	21,72%	4,42%	1,51
2004	14,39%	9,37%	23,77%	5,02%	1,54
2005	13,31%	8,24%	21,55%	5,07%	1,62
2006	12,43%	8,23%	20,67%	4,20%	1,51
2007	11,49%	8,62%	20,11%	2,87%	1,33
2008	11,66%	10,21%	21,87%	1,45%	1,14
2009	9,17%	7,67%	16,84%	1,51%	1,20
2010	9,14%	8,23%	17,36%	0,91%	1,11
2011	9,78%	8,65%	18,43%	1,13%	1,13
2012	9,83%	9,06%	18,89%	0,77%	1,08
2013	9,79%	9,69%	19,48%	0,09%	1,01
2014	9,16%	9,33%	18,49%	-0,17%	0,98
2015	10,60%	9,51%	20,11%	1,08%	1,11
2016	10,33%	7,67%	17,99%	2,66%	1,35

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial e ComexStat  
 [\*] Termos de Troca do Período, razão entre as Exportações e Importações

Podemos observar, através da coluna 2 da Tabela 01, que logo no início do século XXI as exportações brasileiras aumentaram sua participação em relação ao PIB e, após 2004 (onde alcançou 14,39% do PIB), essa participação começou a diminuir, alcançando seu mínimo em 2010 (9,14% do PIB), retomando o crescimento a partir desse ano, apesar de não alcançar o patamar de 2004.

O volume transacionado pelo Brasil com o resto do mundo diminuiu ao longo do período analisado, apesar de uma melhora até 2004, chegando a 17,99% do PIB brasileiro em 2016. Com exceção de 2014, a Balança Comercial brasileira se manteve, durante todo o período, superavitária. A Balança Comercial também apresentou queda significativa em relação ao PIB.

O mesmo movimento pode ser observado no desempenho das exportações para os países da Zona do Euro nas colunas 2 e 3 da Tabela 02. A queda das exportações brasileiras, observada a partir de 2004, não possui uma relação direta com as exportações BRA-ZE<sup>11</sup>, estas apenas acompanharam o movimento do total exportado. Como as exportações brasileiras diminuíram ao longo do tempo, as exportações do Brasil para a Zona do Euro também diminuíram no mesmo grau.

<sup>11</sup> O coeficiente de correlação entre as variáveis Exportações Totais (coluna 2 da Tabela 01) e Exportações BRA-ZE (coluna 7) é de  $r=0,91104$ .

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
 NO PERÍODO DE 2001-2016

**Tabela 02** – Total exportado e importado, volume comercial, Balança Comercial e termos de troca do comércio BRA-ZE

[1] ANO	[2] Total exportado pelo Brasil para ZE em % do total exportado pelo Brasil	[3] Total exportado pelo Brasil para ZE em % do PIB do Brasil	[4] Total importado pelo Brasil da ZE em % do total importado pelo Brasil	[5] Total importado pelo Brasil da ZE em % do PIB do Brasil	[6] Volume comercial da relação BRA- ZE em % do Volume Comercial do BRA	[7] Volume comercial da relação BRA- ZE em % do PIB do Brasil	[8] Balança Comercial de Brasil-ZE em % do PIB	[9] EXP/IMP Brasil-ZE [*]
2001	22,08%	2,29%	22,62%	2,24%	22,34%	4,54%	0,05%	1,02
2002	21,66%	2,57%	23,36%	2,17%	22,41%	4,74%	0,40%	1,19
2003	21,61%	2,82%	21,96%	1,90%	21,75%	4,72%	0,93%	1,49
2004	21,41%	3,08%	20,79%	1,95%	21,17%	5,03%	1,13%	1,58
2005	18,82%	2,50%	20,43%	1,68%	19,43%	4,19%	0,82%	1,49
2006	18,80%	2,34%	18,33%	1,51%	18,61%	3,85%	0,83%	1,55
2007	21,51%	2,47%	18,32%	1,58%	20,14%	4,05%	0,89%	1,56
2008	20,15%	2,35%	17,20%	1,76%	18,77%	4,11%	0,59%	1,34
2009	18,53%	1,70%	19,02%	1,46%	18,75%	3,16%	0,24%	1,17
2010	17,95%	1,64%	17,61%	1,45%	17,79%	3,09%	0,19%	1,13
2011	17,53%	1,71%	16,87%	1,46%	17,22%	3,17%	0,26%	1,18
2012	17,11%	1,68%	17,56%	1,59%	17,33%	3,27%	0,09%	1,06
2013	16,84%	1,65%	17,29%	1,68%	17,06%	3,32%	-0,03%	0,98
2014	15,66%	1,43%	16,75%	1,56%	16,21%	3,00%	-0,13%	0,92
2015	14,89%	1,58%	17,52%	1,67%	16,13%	3,24%	-0,09%	0,95
2016	15,13%	1,56%	18,46%	1,42%	16,55%	2,98%	0,15%	1,10

**Fonte:** elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial e do ComexStats

[\*] Termos de Troca do Período, razão entre as Exportações e Importações

Contudo, pode-se observar, também, a queda na participação das exportações BRA-ZE nas exportações brasileiras. Observando a coluna 2 da Tabela 02, podemos verificar que a participação das exportações BRA-ZE era de 22,08% do total exportado pelo Brasil em 2001, caindo para 15,13% em 2016. Se analisarmos estas exportações pela participação do PIB brasileiro, esta relação também vem diminuindo ao longo do tempo, passando de 2,29% do PIB em 2001 para 1,56% em 2016.

Ao observarmos as importações, destaca-se que o total importado pelo Brasil ao longo do período se manteve estável, ao passo que as importações da Zona do Euro diminuíram ao longo do período (ver colunas 4 e 5 da Tabela 02). O mesmo movimento se observa, conseqüentemente, no volume transacionado. O volume total do comércio brasileiro não apresentou variação considerável, ao passo que, em consequência da queda das exportações e importações, o volume do comércio BRA-ZE diminuiu ao longo do período, passando de 4,54% do PIB em 2001 para 2,98% em 2016.

Considerando os termos de troca<sup>12</sup>, destaca-se que a Balança Comercial (BC) BRA-ZE se apresenta bem próxima à BC do Brasil com o resto do mundo<sup>13</sup>. Em boa parte do período analisado, a BC do Brasil com a Zona do Euro foi superavitária, chegando a

12 Termo de Troca (ou Termo de Intercâmbio) se refere à relação entre as Exportações e as Importações de determinada relação comercial em um determinado período.

13 O coeficiente de correlação entre as variáveis EXP/IMP Brasil (coluna 6 da Tabela 01) e EXP/IMP BRA-ZE (coluna 9 da Tabela 02) é de r=0,86113.

**XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
NO PERÍODO DE 2001-2016**

1,58% do PIB em 2004 e apresentando o maior déficit em 2014, quando atingiu 0,92% do PIB, ainda assim um número próximo da unidade.

A Tabela 03 contém os principais destinos das exportações brasileiras, considerando alguns países selecionados e blocos econômicos, que servirão para dimensionar a importância do comércio BRA-ZE.

**Tabela 03 – Principais destinos das exportações brasileiras em porcentagem do PIB (%PIB) e porcentagem do total exportado pelo Brasil (%EXP) no período de 2001-2016.**

#	PAÍSES/ANOS [1]	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
		%PIB	%EXP														
1	China	0,34%	3,27%	0,50%	4,17%	0,81%	6,21%	0,81%	5,65%	0,77%	5,75%	0,76%	6,10%	0,77%	6,71%	0,97%	8,35%
2	União Europeia - UE	2,77%	26,67%	3,07%	25,90%	3,36%	25,74%	3,69%	25,62%	3,04%	22,85%	2,81%	22,60%	2,90%	25,24%	2,75%	23,55%
3	Zona do Euro – ZE (19) [2]	2,29%	22,08%	2,57%	21,66%	2,82%	21,61%	3,08%	21,41%	2,50%	18,82%	2,34%	18,80%	2,49%	21,65%	2,38%	20,41%
4	Zona do Euro – ZE (12) [3]	2,29%	22,08%	2,57%	21,66%	2,82%	21,61%	3,08%	21,41%	2,50%	18,82%	2,34%	18,80%	2,47%	21,51%	2,35%	20,15%
5	Estados Unidos	2,53%	24,34%	3,02%	25,43%	2,99%	22,86%	2,99%	20,76%	2,54%	19,08%	2,21%	17,80%	1,79%	15,61%	1,62%	13,86%
6	Mercado Comum do Sul - Mercosul	1,14%	10,93%	0,65%	5,48%	1,02%	7,77%	1,33%	9,25%	1,32%	9,93%	1,26%	10,15%	1,24%	10,81%	1,28%	10,99%
7	Argentina	0,89%	8,59%	0,46%	3,88%	0,82%	6,25%	1,10%	7,65%	1,12%	8,40%	1,06%	8,52%	1,03%	8,98%	1,04%	8,90%
8	Países Baixos (Holanda)	0,51%	4,92%	0,63%	5,28%	0,76%	5,81%	0,88%	6,14%	0,59%	4,43%	0,52%	4,17%	0,63%	5,50%	0,62%	5,30%
9	Alemanha	0,45%	4,30%	0,50%	4,20%	0,56%	4,30%	0,60%	4,19%	0,57%	4,26%	0,51%	4,13%	0,52%	4,49%	0,52%	4,47%
10	Japão	0,36%	3,42%	0,41%	3,48%	0,41%	3,17%	0,41%	2,87%	0,39%	2,91%	0,35%	2,83%	0,31%	2,69%	0,36%	3,09%
#	PAÍSES/ANOS	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
		%PIB	%EXP														
1	China	1,26%	13,73%	1,39%	15,24%	1,69%	17,31%	1,67%	17,02%	1,86%	19,02%	1,65%	18,05%	1,97%	18,62%	1,96%	18,97%
2	União Europeia - UE	2,05%	22,35%	1,96%	21,46%	2,03%	20,77%	1,99%	20,26%	1,93%	19,74%	1,71%	18,69%	1,88%	17,77%	1,86%	18,01%
3	Zona do Euro – ZE (19)	1,72%	18,75%	1,66%	18,12%	1,73%	17,69%	1,70%	17,34%	1,67%	17,02%	1,46%	15,93%	1,61%	15,17%	1,60%	15,45%
4	Zona do Euro – ZE (12)	1,70%	18,53%	1,64%	17,95%	1,71%	17,53%	1,68%	17,11%	1,65%	16,84%	1,43%	15,66%	1,58%	14,89%	1,56%	15,13%
5	Estados Unidos	0,94%	10,20%	0,87%	9,56%	0,99%	10,08%	1,08%	11,00%	1,00%	10,19%	1,10%	12,01%	1,33%	12,60%	1,29%	12,50%
6	Mercado Comum do Sul - Mercosul	0,95%	10,35%	1,02%	11,19%	1,06%	10,88%	0,92%	9,41%	1,00%	10,20%	0,83%	9,07%	1,00%	9,42%	1,02%	9,92%
7	Argentina	0,77%	8,36%	0,84%	9,17%	0,87%	8,87%	0,73%	7,42%	0,79%	8,11%	0,58%	6,35%	0,71%	6,70%	0,75%	7,24%
8	Países Baixos (Holanda)	0,49%	5,33%	0,46%	5,07%	0,52%	5,33%	0,61%	6,21%	0,70%	7,16%	0,53%	5,79%	0,56%	5,26%	0,58%	5,57%
9	Alemanha	0,37%	4,04%	0,37%	4,03%	0,35%	3,53%	0,30%	3,00%	0,26%	2,71%	0,27%	2,95%	0,29%	2,71%	0,27%	2,62%
10	Japão	0,26%	2,79%	0,32%	3,54%	0,36%	3,70%	0,32%	3,28%	0,32%	3,29%	0,27%	2,99%	0,27%	2,54%	0,26%	2,49%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial.

[1] Parceiros comerciais organizados em ordem decrescente tomando como referência o ano de 2016.

[2] ZE (19) são os 19 países que fazem parte da Zona do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, República da Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

[3] ZE (12) são os 12 primeiros países a ingressarem na Zona do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, República da Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Grécia.

Na Tabela 03, conforme mencionado anteriormente, podemos justificar a delimitação da Zona do Euro como aquela composta pelos doze primeiros países a ingressarem na União Monetária. Se levarmos em consideração os dados de 2016, observa-se que as exportações para os sete outros países que fazem parte da Zona do Euro equivalem somente a 0,32% das exportações brasileiras neste ano, o que equivale a 0,04% do PIB brasileiro naquele ano. Portanto, para as demais tabelas, assim como na Tabela 02, os dados referentes à Zona do Euro compreendem os 12 primeiros países.

Ainda sobre a Tabela 03, podemos perceber que o comércio com a Zona do Euro equivale a uma fatia considerável do total da União Europeia, que em 2016 foi o destino de 18,01% das exportações brasileiras. Essa relação, acompanhada pela BRA-ZE, vem diminuindo ao longo do tempo. Se olharmos o ano de 2001, veremos que a União Europeia constituía o principal importador de produtos brasileiros.

**XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
NO PERÍODO DE 2001-2016**

Outro parceiro que perdeu importância foi os Estados Unidos que, em 2001, representavam 24,34% do total das exportações do Brasil, passando para 12,50% em 2016, o que representa uma perda de quase a metade da sua importância.

Em contrapartida, cabe destacar o ganho de importância da China como parceiro comercial brasileiro. Em 2001, o Brasil exportava para o mercado chinês o equivalente a 3,27% do total de suas exportações, passando em 2016, a 18,97%. Passando este a ser o principal parceiro comercial do país. Mercados como o MERCOSUL, Argentina, Países Baixos, Alemanha e Japão se mantiveram com pequena variação ao longo do período analisado.

Um último destaque quanto à Tabela 03, é o fato de que se somarmos, em 2016, as exportações para China, Zona do Euro, MERCOSUL, Estados Unidos e Japão, alcançaremos a importância de 59,01% do total de exportações brasileiras, ou seja, 18 países<sup>14</sup> serão o destino de quase 60% das exportações brasileiras

Uma vez observados os principais destinos, passamos a analisar os países de origem das principais importações brasileiras. Na Tabela 04, são listados os principais países dos quais o Brasil importa seus produtos, elencados com a participação no PIB brasileiro e porcentagem do total importado.

**Tabela 04 – Principais origens das importações brasileiras em porcentagem do PIB brasileiro (%PIB) e em porcentagem do total importado pelo Brasil (%IMP) no período de 2001-2016**

#	PAÍSES/ANOS [1]	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
		%PIB	%IMP														
1	União Europeia - UE	2,75%	27,73%	2,65%	21,43%	2,33%	10,81%	2,38%	8,77%	2,04%	7,58%	1,82%	14,65%	1,91%	16,60%	2,13%	18,30%
2	Zona do Euro – ZE (19) [2]	2,24%	22,62%	2,17%	17,55%	1,90%	8,80%	1,95%	7,18%	1,68%	6,26%	1,51%	12,15%	1,58%	13,77%	1,77%	15,15%
3	Zona do Euro – ZE (12) [3]	2,24%	22,62%	2,17%	17,55%	1,90%	8,80%	1,95%	7,18%	1,68%	6,26%	1,51%	12,15%	1,58%	13,75%	1,76%	15,06%
4	Estados Unidos	2,30%	23,19%	2,02%	16,36%	1,71%	7,94%	1,69%	6,24%	1,42%	5,27%	1,32%	10,59%	1,34%	11,65%	1,51%	12,95%
5	China	0,24%	2,38%	0,30%	2,47%	0,38%	1,78%	0,55%	2,04%	0,60%	2,23%	0,72%	5,80%	0,90%	7,85%	1,18%	10,13%
6	Mercado Comum do Sul - Mercosul	1,25%	12,63%	1,10%	8,94%	1,02%	4,72%	0,95%	3,52%	0,79%	2,94%	0,81%	6,52%	0,83%	7,24%	0,88%	7,55%
7	Alemanha	0,86%	8,69%	0,87%	7,04%	0,75%	3,49%	0,76%	2,79%	0,69%	2,56%	0,59%	4,72%	0,62%	5,40%	0,71%	6,08%
8	Argentina	1,11%	11,19%	0,93%	7,55%	0,84%	3,88%	0,83%	3,06%	0,70%	2,61%	0,73%	5,85%	0,74%	6,48%	0,78%	6,70%
9	Coreia do Sul	0,28%	2,84%	0,21%	1,70%	0,19%	0,89%	0,26%	0,95%	0,26%	0,97%	0,28%	2,26%	0,24%	2,11%	0,32%	2,74%
10	Itália	0,39%	3,93%	0,35%	2,79%	0,31%	1,43%	0,31%	1,13%	0,25%	0,95%	0,23%	1,86%	0,24%	2,07%	0,27%	2,33%
#	PAÍSES/ANOS	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
		%PIB	%IMP														
1	União Europeia - UE	1,75%	19,12%	1,77%	19,40%	1,78%	18,15%	1,94%	19,69%	2,05%	20,97%	1,90%	20,76%	2,03%	19,19%	1,73%	16,78%
2	Zona do Euro – ZE (19)	1,47%	15,99%	1,46%	16,00%	1,47%	15,06%	1,60%	16,32%	1,69%	17,28%	1,58%	17,20%	1,68%	15,87%	1,43%	13,84%
3	Zona do Euro – ZE (12)	1,46%	15,90%	1,45%	15,86%	1,46%	14,91%	1,59%	16,19%	1,68%	17,12%	1,56%	17,06%	1,67%	15,73%	1,42%	13,71%
4	Estados Unidos	1,20%	13,10%	1,22%	13,40%	1,30%	13,27%	1,32%	13,41%	1,46%	14,89%	1,43%	15,56%	1,47%	13,86%	1,33%	12,85%
5	China	0,95%	10,40%	1,16%	12,68%	1,25%	12,81%	1,39%	14,13%	1,51%	15,43%	1,52%	16,60%	1,70%	16,08%	1,30%	12,61%
6	Mercado Comum do Sul - Mercosul	0,79%	8,57%	0,75%	8,24%	0,74%	7,57%	0,78%	7,94%	0,78%	7,96%	0,70%	7,68%	0,69%	6,49%	0,65%	6,26%
7	Alemanha	0,59%	6,45%	0,57%	6,22%	0,58%	5,94%	0,58%	5,87%	0,61%	6,27%	0,56%	6,15%	0,58%	5,44%	0,51%	4,93%
8	Argentina	0,68%	7,38%	0,65%	7,15%	0,65%	6,61%	0,67%	6,78%	0,67%	6,80%	0,58%	6,29%	0,57%	5,39%	0,51%	4,90%
9	Coreia do Sul	0,29%	3,15%	0,38%	4,18%	0,39%	3,95%	0,37%	3,75%	0,38%	3,92%	0,35%	3,79%	0,30%	2,84%	0,30%	2,94%
10	Itália	0,22%	2,40%	0,22%	2,40%	0,24%	2,43%	0,25%	2,56%	0,27%	2,78%	0,26%	2,80%	0,26%	2,45%	0,21%	2,00%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do Banco Mundial e ComexStats.

[1] Parceiros comerciais organizados em ordem decrescente tomando como referência o ano de 2016.

[2] ZE (19) são os 19 países que fazem parte da Zona do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, República da Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

14 Se considerarmos os 12 países da Zona do Euro e os 3 do MERCOSUL.

**XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
NO PERÍODO DE 2001-2016**

[3] ZE (19) são os 12 primeiros países a ingressarem na Zona do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, República da Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Grécia.

Mesmo com uma queda gradativa ao longo do período analisado, pode-se observar, através da Tabela 04, que a União Europeia ainda é a principal fonte das importações brasileiras. A Zona do Euro representa uma considerável fornecedora dessas importações. Os principais parceiros dos quais o Brasil importa sofreram uma queda no volume importado e, se voltarmos às informações apresentadas na Tabela 01, onde as importações em relação ao PIB sofreram pouca variação, pode-se inferir que estas transferências ocorreram para outros parceiros, como é o caso da China, que passou de 2,38% do total importado pelo Brasil em 2001 para 12,61% em 2016.

Os Estados Unidos e o MERCOSUL foram os que mais perderam importância no total importado pelo Brasil. O primeiro detinha 23,19% em 2001 passando para 12,85% em 2016, enquanto o segundo passou de 12,63% para 6,26%. Parceiros como Coreia do Sul e Itália mantiveram uma ínfima variância no período.

Se considerarmos as importações brasileiras, em 2016, de Zona do Euro, Estados Unidos, China, MERCOSUL e Coreia do Sul, nos deparamos com 48,37% das importações com origem em 18 países, ao passo que, em 2001, este percentual era de 63,66%.

Analisados os principais destinos e as origens do comércio exterior brasileiro, devemos observar as Balanças Comerciais com estes parceiros. Na tabela 05 trataremos a relação Exportações/Importações (termos de troca), dos principais parceiros apresentados anteriormente.

**Tabela 05 – Termos de Troca dos principais parceiros comerciais brasileiros**

# PAÍSES/ANOS [1]	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1 Países Baixos (Holanda)	5,37	5,95	8,35	9,58	8,97	7,32	7,92	7,10	8,38	5,76	6,01	4,84	7,40	4,11	4,07	5,78
2 Mercado Comum do Sul - Mercosul	0,91	0,59	1,00	1,39	1,67	1,56	1,49	1,45	1,21	1,36	1,44	1,18	1,28	1,18	1,45	1,59
3 China	1,44	1,62	2,11	1,47	1,28	1,05	0,86	0,82	1,32	1,20	1,35	1,20	1,23	1,09	1,16	1,50
4 Argentina	0,81	0,49	0,98	1,32	1,60	1,46	1,39	1,33	1,13	1,28	1,34	1,09	1,19	1,01	1,24	1,48
5 Japão	0,65	0,89	0,92	0,97	1,01	1,02	0,94	0,90	0,80	1,02	1,20	1,03	1,12	1,14	0,99	1,29
6 Zona do Euro – ZE (19) [2]	1,02	1,19	1,49	1,58	1,49	1,55	1,57	1,35	1,17	1,13	1,17	1,06	0,99	0,93	0,96	1,12
7 Zona do Euro – ZE (12) [3]	1,02	1,19	1,49	1,58	1,49	1,55	1,56	1,34	1,17	1,13	1,18	1,06	0,98	0,92	0,95	1,10
8 União Europeia - UE	1,01	1,16	1,44	1,55	1,49	1,54	1,52	1,29	1,17	1,11	1,14	1,03	0,94	0,90	0,93	1,07
9 Estados Unidos	1,10	1,49	1,74	1,76	1,79	1,68	1,34	1,07	0,78	0,71	0,76	0,82	0,68	0,77	0,91	0,97
10 Alemanha	0,52	0,57	0,75	0,80	0,82	0,88	0,83	0,74	0,63	0,65	0,59	0,51	0,43	0,48	0,50	0,53

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do ComexStats.

[1] Parceiros comerciais organizados em ordem decrescente tomando como referência o ano de 2016.

[2] ZE (19) são os 19 países que fazem parte da Zona do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, República da Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal.

[3] ZE (19) são os 12 primeiros países a ingressarem na Zona do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, República da Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Grécia.

**XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
NO PERÍODO DE 2001-2016**

Através da Tabela 05, podemos observar que o parceiro mais superavitário para o Brasil são os Países Baixos, que em momentos ao longo do período mantiveram uma proporção de 9,58 e uma média de 6,68 ao longo do período analisado. Seguido de MERCOSUL, China, Argentina, Japão e a Zona do Euro.

Os parceiros comerciais que apresentam uma maior variância são os Países Baixos e os Estados Unidos<sup>15</sup>, conforme mencionado acima. O primeiro se dá pelo período entre 2004 a 2009, onde essa proporção apresentou os maiores superavits, enquanto o segundo ocorreu justamente no período entre 2009 a 2014, onde apresenta os menores termos de troca. Destaca-se a relação com a Alemanha, que, dentre os 10 principais parceiros apresentados na Tabela, é o único país com que o Brasil mantém uma relação deficitária durante todo o período.

Concentrando a análise nos países da Zona do Euro, na Tabela 06, passamos a observar as exportações brasileiras para os países da ZE, em proporção ao total exportado pelo país e ao total exportado para a ZE.

**Tabela 06** – Participação das exportações brasileiras para cada país da Zona do Euro, em % do Total Exportado para a ZE (%EXP\_BZ) e % do Exportado pelo Brasil (%EXP), no período de 2001-2016

# Países/Anos [1]	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	%EXP_BZ	%EXP														
1 Países Baixos	22,29%	4,92%	24,36%	5,28%	26,89%	5,81%	28,66%	6,14%	23,53%	4,43%	22,20%	4,17%	25,59%	5,50%	26,30%	5,30%
2 Alemanha	19,48%	4,30%	19,41%	4,20%	19,88%	4,30%	19,56%	4,19%	22,66%	4,26%	21,98%	4,13%	20,88%	4,48%	22,20%	4,47%
3 Itália	14,08%	3,11%	13,89%	3,01%	13,99%	3,02%	14,07%	3,01%	14,46%	2,72%	14,82%	2,78%	12,93%	2,78%	11,94%	2,41%
4 Bélgica	13,59%	3,00%	14,45%	3,13%	11,36%	2,45%	9,31%	1,99%	9,60%	1,81%	11,57%	2,17%	11,22%	2,41%	11,09%	2,23%
5 Espanha	8,01%	1,77%	8,45%	1,83%	9,72%	2,10%	9,57%	2,05%	9,61%	1,81%	8,80%	1,65%	9,79%	2,11%	10,15%	2,05%
6 França	12,81%	2,83%	11,66%	2,53%	10,87%	2,35%	10,61%	2,27%	11,23%	2,11%	10,30%	1,94%	10,06%	2,16%	10,34%	2,08%
7 Portugal	3,92%	0,87%	4,45%	0,96%	3,95%	0,86%	4,66%	1,00%	4,58%	0,86%	5,67%	1,07%	5,22%	1,12%	4,28%	0,86%
8 Finlândia	0,92%	0,20%	0,87%	0,19%	1,00%	0,22%	1,15%	0,25%	1,63%	0,31%	1,77%	0,33%	1,52%	0,33%	1,11%	0,22%
9 Irlanda	2,52%	0,56%	0,86%	0,19%	1,04%	0,23%	0,91%	0,19%	1,04%	0,20%	1,31%	0,25%	1,00%	0,22%	0,96%	0,19%
10 Grécia	1,21%	0,27%	1,13%	0,24%	0,87%	0,19%	0,93%	0,20%	0,78%	0,15%	0,95%	0,18%	1,07%	0,23%	0,83%	0,17%
11 Áustria	0,65%	0,14%	0,44%	0,09%	0,39%	0,08%	0,52%	0,11%	0,67%	0,13%	0,56%	0,10%	0,64%	0,14%	0,63%	0,13%
12 Luxemburgo	0,51%	0,11%	0,03%	0,01%	0,02%	0,01%	0,05%	0,01%	0,24%	0,04%	0,07%	0,01%	0,07%	0,02%	0,18%	0,04%
# Países/Anos	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	%EXP_BZ	%EXP														
1 Países Baixos	28,75%	5,33%	28,23%	5,07%	30,39%	5,33%	36,27%	6,21%	42,53%	7,16%	36,99%	5,79%	35,32%	5,26%	36,83%	5,57%
2 Alemanha	21,78%	4,04%	22,46%	4,03%	20,15%	3,53%	17,54%	3,00%	16,08%	2,71%	18,81%	2,95%	18,21%	2,71%	17,34%	2,62%
3 Itália	10,64%	1,97%	11,69%	2,10%	12,12%	2,12%	11,05%	1,89%	10,06%	1,69%	11,41%	1,79%	11,50%	1,71%	11,85%	1,79%
4 Bélgica	11,07%	2,05%	9,60%	1,72%	8,83%	1,55%	9,01%	1,54%	8,82%	1,49%	9,33%	1,46%	10,51%	1,57%	11,53%	1,75%
5 Espanha	9,31%	1,72%	10,67%	1,92%	10,42%	1,83%	8,83%	1,51%	8,70%	1,47%	9,23%	1,45%	10,35%	1,54%	9,29%	1,41%
6 França	10,25%	1,90%	9,87%	1,77%	9,63%	1,69%	9,90%	1,69%	8,33%	1,40%	8,28%	1,30%	7,90%	1,18%	8,23%	1,25%
7 Portugal	4,51%	0,83%	4,16%	0,75%	4,58%	0,80%	3,92%	0,67%	2,10%	0,35%	3,01%	0,47%	2,88%	0,43%	2,33%	0,35%
8 Finlândia	1,06%	0,20%	1,32%	0,24%	1,66%	0,29%	1,51%	0,26%	1,10%	0,19%	1,14%	0,18%	0,95%	0,14%	1,00%	0,15%
9 Irlanda	1,02%	0,19%	0,48%	0,09%	0,68%	0,12%	0,86%	0,15%	1,50%	0,25%	0,94%	0,15%	1,35%	0,20%	0,77%	0,12%
10 Grécia	0,72%	0,13%	0,48%	0,09%	0,43%	0,07%	0,38%	0,07%	0,37%	0,06%	0,39%	0,06%	0,41%	0,06%	0,45%	0,07%
11 Áustria	0,75%	0,14%	0,77%	0,14%	0,94%	0,17%	0,55%	0,09%	0,34%	0,06%	0,42%	0,07%	0,49%	0,07%	0,32%	0,05%
12 Luxemburgo	0,15%	0,03%	0,28%	0,05%	0,19%	0,03%	0,18%	0,03%	0,08%	0,01%	0,05%	0,01%	0,13%	0,02%	0,04%	0,01%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do ComexStats

[1] Parceiros comerciais organizados em ordem decrescente tomando como referência o ano de 2016.

Na Tabela 06, temos os Países Baixos como os principais destinos das exportações brasileiras, exportações estas que cresceram durante o período, passando de 22,29% do total BRA-ZE em 2001 para 36,83% em 2016, também foi o comércio que mais oscilou

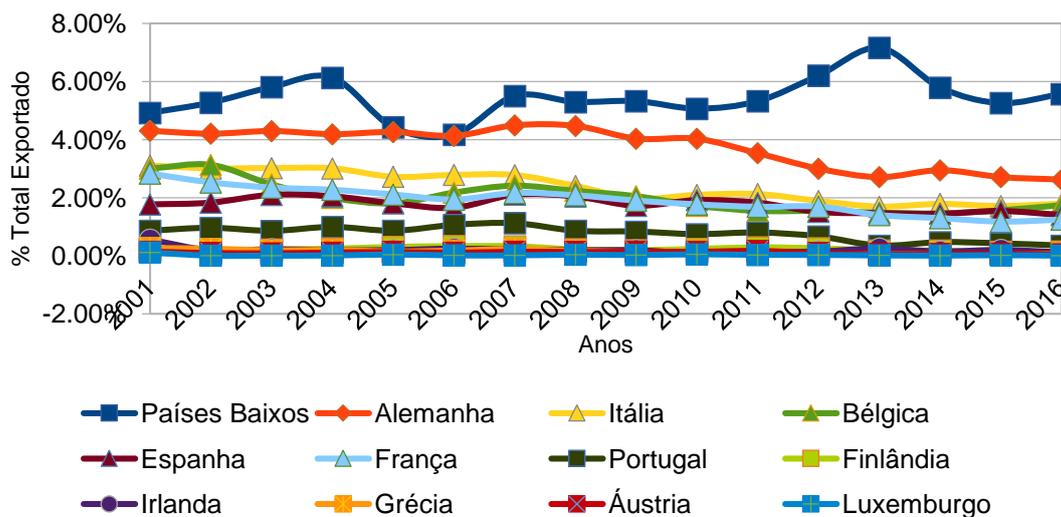
15 Variância de 2,870 para os Países Baixos e de 0,175 para os Estados Unidos

ao longo do período, chegando a 42,53% das Exportações BRA-ZE, em 2013. O segundo maior aumento de participação nas exportações foi para a Espanha, com um crescimento pequeno de 1,28%.

Os demais países apresentaram um baixo grau de variação ao longo do tempo, cabendo destacar, no entanto, o declínio da participação da França, Itália e Bélgica. A variação da Alemanha e seu estabelecimento como segundo principal parceiro dentro da Zona do Euro, também merece um destaque.

Como forma de visualizarmos melhor o desempenho das exportações brasileiras para os países da Zona do Euro, a participação de cada um no total das exportações brasileiras está representado no Gráfico 01.

**Gráfico 01** – Desempenho das exportações brasileiras para os países da Zona do Euro, em % do total exportado pelo Brasil, no período de 2001-2016



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do ComexStat

Observando o Gráfico 01, podemos visualizar que, com exceção dos Países Baixos, os principais parceiros (que apresentam um número superior a 1% das exportações brasileiras) tendem a perder espaço nas exportações brasileiras. Conforme destacado, a Alemanha, apesar de se manter em segundo lugar, apresenta uma queda ao longo do período.

Investigando as importações, apresentamos, na Tabela 07, os dados da participação das importações brasileiras com origem na Zona do Euro, em relação ao total importado pelo Brasil, e ao total importado entre BRA-ZE.

**XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
NO PERÍODO DE 2001-2016**

**Tabela 07** – Participação das importações brasileiras de países da Zona do Euro, em percentagem do total importado da Zona do Euro (%IMP\_BZ) e do total importado pelo Brasil (%IMP), no período de 2001-2016

#	Descrição Países (1)	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
		%IMP_BZ	%IMP														
1	Alemanha	37,56%	8,29%	33,80%	7,32%	26,66%	5,76%	24,56%	5,26%	27,49%	5,17%	25,10%	4,72%	25,09%	5,40%	30,17%	6,08%
2	Itália	16,99%	3,75%	13,42%	2,91%	10,94%	2,36%	9,92%	2,12%	10,16%	1,91%	9,89%	1,86%	9,64%	2,07%	11,57%	2,33%
3	França	15,90%	3,51%	13,44%	2,91%	11,10%	2,40%	10,98%	2,35%	11,98%	2,25%	10,86%	2,04%	10,12%	2,18%	11,74%	2,37%
4	Espanha	9,52%	2,10%	7,45%	1,61%	6,17%	1,33%	5,69%	1,22%	5,95%	1,12%	5,52%	1,04%	5,32%	1,15%	6,20%	1,25%
5	Países Baixos	4,15%	0,92%	4,10%	0,89%	3,22%	0,70%	2,99%	0,64%	2,62%	0,49%	3,03%	0,57%	3,23%	0,70%	3,71%	0,75%
6	Bélgica	4,31%	0,95%	4,03%	0,87%	3,19%	0,69%	3,00%	0,64%	3,21%	0,60%	3,70%	0,69%	3,31%	0,71%	4,12%	0,83%
7	Áustria	2,50%	0,55%	2,01%	0,44%	1,72%	0,37%	1,60%	0,34%	1,73%	0,32%	1,80%	0,34%	2,30%	0,49%	2,27%	0,46%
8	Portugal	1,53%	0,34%	1,29%	0,28%	0,91%	0,20%	0,92%	0,20%	1,04%	0,20%	1,20%	0,23%	0,98%	0,21%	1,50%	0,30%
9	Finlândia	2,94%	0,65%	2,87%	0,62%	1,70%	0,37%	1,94%	0,41%	1,44%	0,27%	1,86%	0,35%	2,44%	0,52%	1,89%	0,38%
10	Irlanda	1,91%	0,42%	1,57%	0,34%	1,41%	0,31%	1,31%	0,28%	1,29%	0,24%	1,24%	0,23%	1,23%	0,26%	1,25%	0,25%
11	Luxemburgo	0,24%	0,05%	0,14%	0,03%	0,07%	0,01%	0,10%	0,02%	0,18%	0,03%	0,15%	0,03%	0,14%	0,03%	0,11%	0,02%
12	Grécia	0,15%	0,03%	0,21%	0,05%	0,15%	0,03%	0,24%	0,05%	0,12%	0,02%	0,23%	0,04%	0,12%	0,03%	0,17%	0,03%
#	Descrição Países	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
1	Alemanha	34,82%	6,45%	34,66%	6,22%	33,91%	5,94%	34,27%	5,87%	37,26%	6,27%	39,27%	6,15%	36,51%	5,44%	32,58%	4,93%
2	Itália	12,93%	2,40%	13,36%	2,40%	13,88%	2,43%	14,96%	2,56%	16,49%	2,78%	17,91%	2,80%	16,44%	2,45%	13,21%	2,00%
3	França	12,76%	2,36%	13,25%	2,38%	12,18%	2,13%	14,25%	2,44%	15,95%	2,69%	16,18%	2,53%	15,68%	2,33%	13,18%	1,99%
4	Espanha	6,90%	1,28%	7,66%	1,37%	7,35%	1,29%	8,55%	1,46%	11,01%	1,85%	11,09%	1,74%	12,31%	1,83%	9,15%	1,39%
5	Países Baixos	3,43%	0,64%	4,90%	0,88%	5,05%	0,89%	7,49%	1,28%	5,75%	0,97%	8,99%	1,41%	8,68%	1,29%	6,37%	0,96%
6	Bélgica	4,07%	0,75%	4,16%	0,75%	4,13%	0,72%	5,00%	0,86%	4,93%	0,83%	5,25%	0,82%	5,71%	0,85%	5,41%	0,82%
7	Áustria	3,51%	0,65%	3,91%	0,70%	3,29%	0,58%	3,68%	0,63%	3,41%	0,57%	3,20%	0,50%	3,17%	0,47%	3,75%	0,57%
8	Portugal	1,53%	0,28%	1,60%	0,29%	1,87%	0,33%	2,41%	0,41%	2,66%	0,45%	3,11%	0,49%	2,85%	0,42%	2,28%	0,35%
9	Finlândia	3,82%	0,71%	2,28%	0,41%	1,64%	0,29%	2,08%	0,36%	2,19%	0,37%	1,78%	0,28%	1,97%	0,29%	2,17%	0,33%
10	Irlanda	1,78%	0,33%	1,57%	0,28%	1,44%	0,25%	1,68%	0,29%	1,53%	0,26%	1,74%	0,27%	1,84%	0,27%	1,67%	0,25%
11	Luxemburgo	0,10%	0,02%	0,83%	0,15%	0,12%	0,02%	0,12%	0,02%	0,22%	0,04%	0,21%	0,03%	0,31%	0,05%	0,45%	0,07%
12	Grécia	0,12%	0,02%	0,19%	0,03%	0,23%	0,04%	0,10%	0,02%	0,28%	0,05%	0,19%	0,03%	0,17%	0,03%	0,38%	0,06%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do ComexStat.

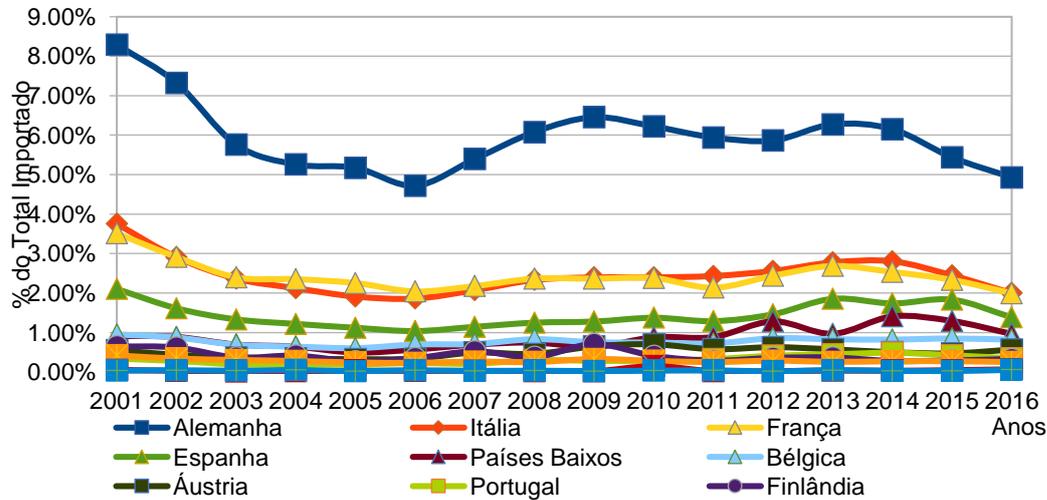
[1] Parceiros comerciais organizados em ordem decrescente tomando como referência o ano de 2016.

Na Tabela 07, observa-se que a Alemanha é a principal origem dos produtos importados pelo Brasil dentro da Zona do Euro e apresenta uma variância (0,002) maior em relação aos outros países (que apresentaram variância próxima a 0). Ao longo do período, a participação relativa dos países não apresentaram variações de mais 1 ou 2 pontos, exceto pelo fato, já destacado anteriormente, da perda de participação relativa do conjunto de países da ZE nas importações totais do Brasil.

Para uma melhor visualização, apresentamos o Gráfico 02, com a participação de cada país relativo ao total importado pelo Brasil.

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
 NO PERÍODO DE 2001-2016

**Gráfico 02** – Desempenho das importações brasileiras de países da Zona do Euro em % do total importado pelo Brasil no período de 2001-2016



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do ComexStat.

Com o Gráfico 02, destaca-se melhor a diminuição da participação dos países da Zona do Euro nas importações do Brasil. Com exceção dos Países Baixos, que apresentaram alguns momentos de crescimento a partir de 2011, os demais países apresentaram um movimento contínuo de queda na participação relativa.

Seguindo com a análise, cabe apresentar, também, os termos de troca do comércio BRA-ZE, na Tabela 08.

**Tabela 08** – Termos de troca entre Brasil e os países da Zona do Euro no período de 2001-2016

País/Ano [1]	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Países Baixos	5,37	5,95	8,35	9,58	8,97	7,32	7,92	7,10	8,38	5,76	6,01	4,84	7,40	4,11	4,07	5,78
Bélgica	3,16	3,58	3,56	3,10	2,99	3,13	3,39	2,69	2,72	2,30	2,14	1,80	1,79	1,78	1,84	2,13
Grécia	8,15	5,36	5,64	3,91	6,59	4,18	8,98	4,96	5,80	2,56	1,85	3,78	1,32	2,00	2,42	1,20
Portugal	2,55	3,45	4,38	5,05	4,42	4,71	5,32	2,85	2,94	2,59	2,45	1,63	0,79	0,97	1,01	1,02
Espanha	0,84	1,13	1,58	1,68	1,61	1,60	1,84	1,64	1,35	1,39	1,42	1,03	0,79	0,83	0,84	1,02
Itália	0,83	1,04	1,28	1,42	1,42	1,50	1,34	1,03	0,82	0,87	0,87	0,74	0,61	0,64	0,70	0,90
França	0,81	0,87	0,98	0,97	0,94	0,95	0,99	0,88	0,80	0,74	0,79	0,69	0,52	0,51	0,50	0,62
Alemanha	0,52	0,57	0,75	0,80	0,82	0,88	0,83	0,74	0,63	0,65	0,59	0,51	0,43	0,48	0,50	0,53
Irlanda	1,32	0,55	0,74	0,70	0,81	1,06	0,82	0,77	0,57	0,30	0,47	0,51	0,98	0,54	0,73	0,46
Finlândia	0,31	0,30	0,59	0,59	1,13	0,95	0,62	0,59	0,28	0,58	1,01	0,72	0,51	0,64	0,48	0,46
Luxemburgo	2,12	0,20	0,35	0,54	1,28	0,48	0,53	1,59	1,52	0,34	1,57	1,47	0,36	0,24	0,41	0,09
Áustria	0,26	0,22	0,23	0,32	0,39	0,31	0,28	0,28	0,21	0,20	0,29	0,15	0,10	0,13	0,15	0,08

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do ComexStat.

[1] Parceiros comerciais organizados em ordem decrescente tomando como referência o ano de 2016.

Na Tabela 08, vemos que os países com quem o Brasil mantém um superávit no comércio são: Países Baixos, Bélgica, Grécia, Portugal, Espanha e a Itália, mesmo que esta última tenha apresentado uma relação deficitária com o Brasil a partir de 2009. Os demais países mantêm uma relação deficitária ao longo do período, mesmo que em alguns

XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
 COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
 NO PERÍODO DE 2001-2016

anos, alguns apresentem uma relação de superávit, porém essas relações deficitárias não são suficientes para diminuir o saldo total com a Zona do Euro.

O superávit obtido nas transações entre os seis primeiros países é suficiente para manter positiva a relação com a Zona do Euro como um todo, conforme já destacado na Tabela 02. As maiores variações são encontradas nos Países Baixos, Grécia, Portugal e Bélgica. Áustria e Luxemburgo são os países que apresentam os maiores déficits, mas se considerarmos o tamanho do mercado, o que merece destaque são a Alemanha e França.

Adentrando em outras questões pertinentes a essa relação comercial, apresentaremos os dados relativos ao Preço Médio do Quilograma Líquido (PMQL)<sup>16</sup> das exportações e importações e teceremos algumas considerações. Na tabela 09 apresentaremos a evolução do PMQL das exportações brasileiras destinadas à Zona do Euro.

**Tabela 09** – Evolução do Preço Médio do Quilograma Líquido das exportações brasileiras para a Zona do Euro no período de 2001-2016 (2001=100)

Pais/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Países Baixos	100,00	3,1%	17,3%	34,8%	-21,9%	20,4%	15,4%	14,5%	3,4%	-4,3%	-10,3%	15,3%	-4,2%	-6,7%	-35,7%	1,3%	2,8%
Alemanha	100,00	-3,0%	15,9%	5,1%	36,1%	14,5%	20,1%	16,2%	43,8%	-20,7%	63,1%	-0,2%	-13,1%	9,7%	11,8%	24,0%	14,9%
Itália	100,00	10,1%	5,5%	10,1%	9,0%	20,5%	13,2%	17,1%	24,8%	-4,0%	0,8%	-4,6%	4,9%	-4,1%	4,0%	-18,5%	5,9%
Bélgica	100,00	-1,6%	13,2%	-4,9%	22,1%	36,2%	21,3%	10,4%	96,9%	-25,5%	60,9%	-13,2%	-11,1%	-7,1%	-9,0%	12,1%	13,4%
Espanha	100,00	13,3%	21,3%	16,0%	17,9%	-0,3%	16,5%	37,6%	-0,5%	9,2%	15,6%	-11,5%	-2,2%	-8,6%	-27,5%	-3,4%	6,2%
França	100,00	-16,2%	7,2%	5,9%	11,6%	19,5%	17,0%	38,5%	31,8%	-16,7%	30,4%	-11,2%	-22,8%	4,4%	-20,4%	1,7%	5,4%
Portugal	100,00	-6,4%	39,9%	10,4%	27,4%	-2,9%	-4,2%	34,1%	-26,9%	35,2%	45,4%	-7,0%	-13,6%	10,5%	-34,0%	2,4%	7,3%
Finlândia	100,00	-40,7%	7,5%	43,0%	60,3%	23,7%	14,2%	-52,3%	9,1%	22,6%	38,7%	-16,8%	4,4%	-6,2%	-27,1%	-6,1%	4,9%
Irlanda	100,00	-75,2%	4,7%	-6,7%	13,9%	53,7%	-14,3%	25,1%	99,0%	-68,9%	38,0%	13,0%	78,4%	-35,7%	28,1%	-48,3%	7,0%
Grécia	100,00	-43,0%	-5,3%	145,9%	8,0%	-2,2%	10,9%	23,6%	15,0%	-23,3%	-16,5%	200,6%	-79,5%	-5,9%	46,7%	-48,4%	15,1%
Áustria	100,00	-29,2%	57,0%	-51,3%	33,3%	-10,5%	25,6%	36,6%	57,3%	-3,1%	17,7%	-32,0%	38,7%	23,8%	242,4%	170,2%	38,4%
Luxemburgo	100,00	461,2%	389,1%	8,0%	118,9%	-61,3%	17,5%	-92,5%	-6,1%	-5,7%	26,3%	-9,4%	106,7%	640,1%	20,6%	-46,3%	104,5%
Média	100,00	22,7%	47,8%	18,0%	28,1%	9,3%	12,8%	9,1%	29,0%	-8,8%	25,8%	10,2%	7,2%	51,2%	16,7%	3,4%	18,8%

Fonte: Elaborado pelos autores com base os dados do ComexStat

De acordo com a Tabela 09, apesar de oscilarem para mais e para menos durante o período, a média dos PMQL dos produtos exportados pelo Brasil é positiva, ou seja, o preço médio do quilograma líquido aumentou ao longo do período e esse quadro se dá com todos os países da Zona do Euro. Sendo assim, o valor dos produtos exportados se valorizaram ao longo do período.

Salvo as discrepâncias apresentadas por países como Luxemburgo, Áustria e Grécia, os preços oscilam de forma generalizada na maioria dos países ao longo dos anos. O ano de 2010 foi o único em que houve uma variação negativa no PMQL. Não obstante, este é o segundo ano consecutivo de baixa nos termos de troca entre BRA-ZE, conforme se pode observar na Tabela 05.

16 Razão entre o valor total exportado e o quilograma líquido exportado no período.

**XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
NO PERÍODO DE 2001-2016**

Na tabela 10, trataremos da evolução do PMQL das importações oriundas da Zona do Euro.

**Tabela 10 – Evolução do Preço Médio do Quilograma Líquido das importações brasileiras da Zona do Euro no período de 2001-2016**

Pais/Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Média
Alemanha	100,00%	-5,23%	-4,96%	11,64%	28,77%	3,13%	11,79%	53,31%	-6,46%	-6,24%	17,11%	-20,24%	11,69%	-9,77%	-12,01%	-2,32%	4,68%
Itália	100,00%	-9,51%	-25,30%	73,34%	-13,28%	34,04%	8,42%	12,21%	22,11%	-22,73%	46,32%	-40,80%	6,01%	-5,66%	14,39%	-7,84%	6,11%
França	100,00%	-36,80%	78,47%	41,59%	24,61%	-9,16%	28,01%	29,53%	6,55%	-29,91%	27,09%	2,62%	27,50%	-10,57%	-10,74%	2,72%	11,43%
Espanha	100,00%	-25,79%	-4,28%	2,46%	-0,13%	-33,71%	190,57%	11,41%	-18,53%	-21,86%	17,50%	-27,62%	-17,68%	6,48%	-9,16%	-14,94%	3,65%
Países Baixos	100,00%	-40,11%	-9,75%	19,84%	81,33%	-17,45%	1,72%	42,96%	-34,56%	-2,69%	21,77%	-8,82%	1,36%	-11,59%	-24,42%	-29,76%	-0,68%
Bélgica	100,00%	-29,60%	14,77%	29,33%	-7,99%	-7,93%	47,06%	25,71%	-12,11%	-9,09%	38,12%	-16,65%	3,84%	-15,60%	-5,11%	-0,43%	3,62%
Áustria	100,00%	7,39%	-84,04%	509,49%	-0,54%	-6,79%	-24,95%	45,37%	-27,28%	29,60%	6,32%	-20,64%	30,03%	-8,65%	-31,74%	51,24%	31,65%
Portugal	100,00%	-58,45%	90,74%	8,16%	26,66%	28,08%	30,99%	-29,73%	30,16%	-60,43%	0,50%	-0,04%	-3,92%	30,00%	-12,00%	155,19%	15,73%
Finlândia	100,00%	53,52%	-3,83%	-2,15%	-18,80%	-18,33%	57,90%	-32,02%	40,24%	-23,38%	-22,61%	7,84%	-10,41%	-7,78%	-11,48%	25,77%	2,30%
Irlanda	100,00%	-50,44%	57,21%	321,87%	-46,16%	277,27%	23,50%	-18,39%	38,83%	-10,53%	-22,07%	-18,13%	16,24%	-9,69%	-18,18%	-17,00%	34,95%
Luxemburgo	100,00%	-58,00%	139,40%	-40,00%	85,50%	-49,18%	28,60%	25,79%	-1,42%	5,85%	-57,47%	-7,41%	95,71%	1,69%	-7,92%	87,96%	16,61%
Grécia	100,00%	-55,42%	69,68%	-28,57%	53,48%	45,97%	10,84%	-26,41%	-0,30%	31,90%	-33,67%	-38,43%	167,19%	-65,71%	-4,79%	21,71%	9,83%
Média	100,00%	-25,70%	26,51%	78,92%	17,79%	20,49%	34,54%	11,65%	3,10%	-9,96%	3,24%	-15,69%	27,30%	-8,90%	-11,10%	22,69%	11,66%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do ComexStat.

Pelo lado das importações, vemos que, apesar de positivo, o aumento do PMQL é menor que nas importações. Cabe ressaltar que a partir de 2010 os preços começaram a diminuir, principalmente nos principais parceiros comerciais brasileiros (Países Baixos, Alemanha e Bélgica), tal movimento fez com que o PMQL crescesse menos nas importações que nas exportações.

Agora que já apontamos quem são os principais parceiros e qual a relevância destes no comércio exterior brasileiro, precisamos analisar o que é comercializado pelas partes. Na tabela 11 apresentaremos os dez principais produtos exportados pelo Brasil e sua participação no total exportado para a ZE.

**Tabela 11 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a Zona do Euro no período de 2001-2016 em % do total exportado para a Zona do Euro**

#	SH4	Descrição SH4 [1]	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1	2304	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	12,08%	11,80%	10,84%	10,77%	8,09%	5,25%	5,16%	7,02%
2	0901	Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café em qualquer proporção	4,96%	4,80%	4,10%	4,31%	5,79%	5,82%	4,95%	5,46%
3	1201	Soja, mesmo triturada	12,54%	12,13%	13,66%	11,58%	10,93%	8,25%	7,37%	9,17%
4	4703	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução	2,96%	3,03%	3,78%	3,29%	3,86%	3,96%	3,94%	4,66%
5	2601	Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	7,39%	7,21%	6,50%	7,03%	8,97%	8,96%	7,61%	9,96%
6	8905	Barcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes flutuantes e outras embarcações	0,00%	0,00%	0,00%	5,70%	0,15%	0,00%	1,61%	0,00%
7	2009	Sumos de frutas (incluídos os mostos de uvas) ou de produtos hortícolas, não fermentados, sem adição de álcool	4,63%	5,59%	5,08%	3,66%	3,09%	3,52%	3,92%	3,28%
8	8307	Tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessórios	0,00%	0,27%	0,41%	0,00%	0,00%	0,08%	0,06%	0,28%
9	2709	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	1,10%	2,80%	2,41%	2,23%	3,06%	3,68%	5,01%	4,58%
10	2401	Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	2,28%	2,21%	2,08%	1,97%	2,30%	2,50%	2,29%	2,06%
#	SH4	Descrição SH4	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	2304	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	9,73%	7,75%	7,63%	9,93%	10,03%	11,35%	10,15%	9,00%
2	0901	Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café em qualquer proporção	6,63%	7,01%	8,55%	6,52%	5,18%	8,33%	8,88%	8,07%
3	1201	Soja, mesmo triturada	10,79%	5,50%	5,32%	6,28%	6,02%	8,41%	7,04%	6,45%
4	4703	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, exceto pastas para dissolução	4,40%	5,66%	4,68%	4,76%	4,79%	5,65%	7,27%	6,34%
5	2601	Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas as pirites de ferro ustuladas (cinzas de pirites)	5,12%	13,73%	16,11%	11,88%	13,33%	10,40%	6,71%	5,88%
6	8905	Barcos-faróis, barcos-bombas, dragas, guindastes flutuantes e outras embarcações	0,00%	0,00%	0,00%	1,90%	5,69%	0,00%	0,06%	4,69%
7	2009	Sumos de frutas (incluídos os mostos de uvas) ou de produtos hortícolas, não fermentados, sem adição de álcool	3,66%	3,28%	3,38%	3,67%	3,64%	3,58%	4,44%	4,48%
8	8307	Tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessórios	1,71%	1,74%	1,38%	1,87%	1,75%	2,43%	4,06%	4,47%
9	2709	Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos	3,91%	6,05%	5,88%	6,88%	3,92%	3,33%	2,75%	2,90%
10	2401	Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco	3,93%	2,77%	1,90%	2,21%	2,61%	2,13%	2,35%	2,37%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do ComexStat.

[1] Produtos organizados em ordem decrescente tomando como referência o ano de 2016.

**XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E 14ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS  
COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: AS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E ZONA DO EURO  
NO PERÍODO DE 2001-2016**

Os dados da Tabela 11, organizados pela ordem decrescente com base no ano de 2016, apontam que o principal produto exportado pelo Brasil para a Zona do Euro são os bagaços (tortas) resultantes da extração do óleo de soja. Seguido pelo café, a soja *in natura* ou triturada, pasta química de madeira de diversas formas, e o minério de ferro em suas diversas formas (desde que não processados). Tais exportações se mantiveram nessa posição por quase todo o período, com exceção do minério de ferro, que apresentou uma demanda mais alta no período entre 2010 a 2014.

A soja *in natura* ou triturada também experimentou momentos de elevação na demanda, no período de 2001 até 2009. Os barcos-faróis e demais embarcações passaram a ser demandados em 2004 e suas demandas se apresentaram como nulas em alguns períodos, mas, mesmo sob estas condições, figuram entre os principais produtos da pauta exportadora brasileira para a Zona do Euro.

Nenhum destes produtos possui uma variância significativa (valores inferiores a 0,001) neste período. O que também é importante ressaltar, é que os 10 produtos enviados pelo Brasil para a Zona do Euro equivalem, em 2016, a 54,64% da pauta exportadora do Brasil para o destino, ao passo que, em 2001, tal importância era de 47,94%. Sendo assim, podemos observar a pouca diversificação da pauta exportadora brasileira.

Pelo lado das importações, na tabela 12, trataremos dos principais produtos importados pelo Brasil da Zona do Euro e sua relevância nas importações do BRA-ZE.

**Tabela 12 – Principais produtos importados pelo Brasil da Zona do Euro, no período de 2001-2016, em % do total importado da Zona do Euro.**

#	SH4 Descrição SH4 [1]	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
1	3002 Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; anti-soros, outras frações do sangue	2,02%	2,12%	2,36%	2,27%	1,94%	2,18%	2,28%	2,42%
2	2710 Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas	0,66%	1,72%	1,66%	1,61%	1,95%	2,01%	2,44%	2,80%
3	8708 Partes e acessórios dos veículos automotores das posições 8701 a 8705	5,91%	6,23%	6,41%	6,57%	6,96%	5,84%	6,76%	7,27%
4	3004 Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002, 3005 ou 3006) constituídos por produtos misturados ou não misturados	1,97%	2,06%	2,22%	2,25%	2,25%	2,79%	3,19%	3,38%
5	2933 Compostos heterocíclicos, exclusivamente de hetero-átomo(s) de azoto (nitrogênio)	1,75%	1,94%	1,90%	2,52%	2,36%	1,87%	2,28%	2,32%
6	3808 Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas	0,46%	0,68%	1,40%	2,07%	1,16%	0,76%	0,80%	0,82%
7	8803 Partes dos veículos e aparelhos das posições 8801 ou 8802	3,58%	2,91%	2,92%	3,36%	2,53%	2,58%	2,90%	2,79%
8	8479 Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	2,40%	1,93%	1,48%	1,36%	1,65%	1,29%	1,56%	1,60%
9	8483 Veios (árvores) de transmissão [incluídas as árvores de carnes (exóticas) e cambotas (virabrequins)] e manilha	1,13%	1,19%	1,46%	1,63%	1,59%	1,43%	1,59%	1,47%
10	3104 Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássicos	1,16%	1,06%	1,36%	1,55%	1,40%	1,29%	1,14%	2,03%
#	SH4 Descrição SH4	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	3002 Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profiláticos ou de diagnóstico; anti-soros, outras frações do sangue	3,54%	3,73%	4,03%	4,17%	4,07%	4,46%	4,31%	5,16%
2	2710 Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas	1,08%	2,94%	3,68%	6,66%	4,37%	5,49%	4,70%	4,86%
3	8708 Partes e acessórios dos veículos automotores das posições 8701 a 8705	5,38%	5,64%	5,35%	4,88%	5,78%	4,90%	4,06%	4,70%
4	3004 Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002, 3005 ou 3006) constituídos por produtos misturados ou não misturados	4,02%	3,94%	3,65%	3,66%	3,87%	4,06%	4,28%	4,67%
5	2933 Compostos heterocíclicos, exclusivamente de hetero-átomo(s) de azoto (nitrogênio)	3,31%	2,76%	2,21%	2,26%	2,26%	1,94%	2,87%	3,40%
6	3808 Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas	1,00%	1,16%	1,51%	1,53%	1,58%	2,65%	2,86%	2,28%
7	8803 Partes dos veículos e aparelhos das posições 8801 ou 8802	2,23%	1,56%	1,20%	1,18%	1,16%	1,25%	1,37%	1,92%
8	8479 Máquinas e aparelhos, mecânicos, com função própria, não especificados nem compreendidos em outras posições deste capítulo	1,88%	1,15%	1,21%	1,49%	1,48%	1,65%	1,62%	1,83%
9	8483 Veios (árvores) de transmissão [incluídas as árvores de carnes (exóticas) e cambotas (virabrequins)] e manilha	1,25%	1,49%	1,59%	1,39%	1,61%	1,62%	1,34%	1,39%
10	3104 Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, potássicos	2,27%	1,53%	1,35%	1,97%	1,65%	1,24%	1,57%	1,38%

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos dados do ComexStat.

[1] Produtos organizados em ordem decrescente tomando como referência o ano de 2016.

Com base na Tabela 12, o principal produto importado pelo Brasil da Zona do Euro é o sangue (humano ou animal), que é utilizado para fins terapêuticos. Seguido pelos óleos de petróleo, partes e acessórios dos veículos automotivos, medicamentos e compostos heterocíclicos (utilizados na indústria farmacêutica).

Apesar de os produtos aumentarem sua participação relativa nas importações brasileiras, sua trajetória ao longo do período analisado não apresentou variância significativa (valor inferior a 0,001). Porém, cabe destacar a evolução do item “Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas”, que cresce gradativamente ao longo do período, juntamente com “Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705” e ao item “Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas”.

Vale destaque, também, que os 10 produtos mais importados pelo Brasil da ZE equivalem, em 2016, a 31,60% das importações totais brasileiras, proporção que era de 21,04%, em 2001, o que mostra o aumento das importações brasileiras para a ZE. Tal observação nos mostra que a pauta exportadora é bem menos diversificada que a pauta importadora.

Destacados os principais parceiros comerciais brasileiros ao longo do período, além do nível em que se encontra o comércio BRA-ZE, com ênfase em seus principais parceiros do bloco e os principais produtos comercializados, teceremos, à guisa de conclusão, algumas considerações acerca de como se estabeleceu esse comércio ao longo do período analisado.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À guisa de conclusão, algumas considerações devem ser feitas acerca do que foi exposto nesta investigação. O primeiro ponto diz respeito às teorias do comércio internacional, no que se refere à sua proximidade com a realidade do comércio internacional e com os diferentes níveis de desenvolvimento econômico das partes desse comércio.

As chamadas teorias tradicionais do comércio internacional são expressas com seu caráter estático, apresentando um determinado distanciamento da realidade do sistema capitalista que, por sua vez, ao ter um caráter dinâmico, sofre alterações ao longo do tempo, alterações estas inerentes ao próprio processo de acumulação.

O que se observa é que estas teorias, iniciadas no século XVIII, não podem, até por uma questão de lógica, englobar fenômenos recentes do sistema capitalista, como é o caso do processo de financeirização, que ganhou força no último quartel do século XX. Mesmo assim, as presentes teorias descartam as relações de poder entre as nações, já existentes no período e que, embora com outros atores, permanecem presentes até os dias atuais.

Apesar deste caráter estático, as teorias tradicionais do comércio internacional ainda figuram na formulação de políticas comerciais nos tempos atuais, claro que de forma transformada, mas com sua essência preservada, principalmente se observarmos a especialização sem diversificação pela qual encontramos na pauta exportadora brasileira.

É tentando corrigir este distanciamento que as novas teorias do comércio internacional surgem, incluindo variáveis novas, como é o caso do comércio intraindústria e as políticas comerciais estratégicas, muito embora estas teorias só encontrem lugar em países desenvolvidos, estas ainda não encontram uma unanimidade entre os formuladores de políticas comerciais pelos países subdesenvolvidos (CHANG, 2004).

Desde Adam Smith se busca uma teoria que explique a realidade do comércio internacional e apresente um modelo que possa servir para a maioria das nações como aquela que proporcione maiores ganhos do comércio entre nações e não apenas, como na lógica mercantilista, um saldo positivo na Balança Comercial.

Embora ainda não se tenha chegado a um consenso teórico acerca do comércio internacional como um motor do crescimento, tampouco um propulsor do desenvolvimento econômico, o caráter mercantilista do comércio faz com que essa seja uma relação garantidora de um superávit comercial para a nação, se fazendo esse o objetivo principal.

Ao se estudar o comércio internacional é sempre importante observarmos em qual contexto se dará aquela relação comercial, também se faz importante observar outros aspectos como disposição geográfica e aspectos políticos, como a relação de poder. É exatamente estes aspectos que estão inseridos nas novas teorias do comércio internacional.

Apesar de já contar com teorias sobre o comércio que possibilitam a formulação de políticas comerciais mais condizentes com as necessidades de crescimento de uma nação, o caráter mercantilista e o predomínio de elites dominantes de uma nação acabam por definir as relações comerciais conformes seus interesses.

É desta forma que as políticas comerciais parecem ser estabelecidas em países subdesenvolvidos: atendendo um interesses de acordo com o caráter mercantilista o qual se estabeleceu no comércio entre nações ao longo do século XX. O caráter mercantilista prevalece, inclusive, sobre outras questões como a diversificação da pauta exportadora, industrialização e, até mesmo, ganhos de produtividade. É curioso que os estudos contemporâneos não levem em conta as demais contas do Balanço de Pagamentos e privilegiem apenas a Balança Comercial.

É um movimento que consiste em transformar o conjunto de políticas econômicas em um esforço para garantir saldos de comércio de mercadorias, atendendo os ensejos individuais de poucas famílias, garantindo, também, um saldo comercial positivo. O caminho mais curto, conforme podemos observar com o aumento do PMQL, é a venda de produtos primários que, a partir da crise de 2008, aumentaram em seu valor.

Isto posto, é necessário pautar as políticas comerciais de acordo com fenômenos como a ascensão de grandes empresas, maior fluxo de capitais – sendo estes contando com uma proporção de capital especulativo cada vez maior – e o papel de instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, dentre outras e sob quais interesses estas são organizadas.

No que diz respeito ao comércio internacional brasileiro, podemos ver que o volume comercial brasileiro vem diminuindo sua participação relativa ao longo do tempo. Apesar desta queda de volume, os termos de troca se mantiveram positivos, apesar de apresentarem uma diminuição ao longo do tempo.

No que diz respeito ao comércio entre Brasil e Zona do Euro, podemos observar esta mesma diminuição no volume transacionado. Porém, cabe destacar, que há uma diminuição também na participação do volume transacionado com a Zona do Euro no total transacionado pelo Brasil. Sendo assim, a Zona do Euro constitui um parceiro importante que vem perdendo espaço na política comercial brasileira ao longo do tempo.

Em um movimento comum ao caso geral brasileiro, os termos de troca, excetuando alguns anos no fim do período, se manteve superior a unidade em todo tempo analisado.

O que podemos concluir, contudo, é que, apesar de perder espaço no comércio exterior brasileiro, o comércio com a Zona do Euro ainda constitui um dos principais parceiros comerciais do país. Seu comércio é, na maioria do tempo, superavitário e, em função da relação superavitária com os Países Baixos e com a Alemanha, seu saldo se manteve assim ao longo do período analisado.

Se faz necessário, com isso, analisarmos as políticas comerciais adotadas pelo Brasil ao longo desse período. Se o objetivo do país for garantir um superávit comercial, estabelecendo, assim, um equilíbrio em seu Balanço de Pagamentos, através de suas transações correntes, então devemos investigar as causas que fizeram este comércio, até então superavitário, perder espaço ao longo do tempo.

Se o objetivo da política comercial é fomentar investimentos em setores mais diversificados e, com isso, com um maior valor agregado, precisamos analisar a pauta exportadora com os novos parceiros comerciais que ganharam espaço no comércio exterior brasileiro ao longo do período analisado.

Independente do objetivo, há que começar a se analisar também a nacionalidade das empresas produtoras dos principais produtos exportados pelo país e de que forma os capitais advindos de tais exportações não são remetidos ao exterior na forma de lucros empresariais.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, José Luís. Política económica. In: LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da (Orgs.). **História Económica de Portugal**, 1700-2000. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BAUMANN, Renato. et al. **Economia Internacional**: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998

HOBBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. 35ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

IANNI, Octavio. **Imperialismo na América Latina**. 2ª ed. Rio e Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

\_\_\_\_\_. **A era do globalismo**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

KRUGMAN, Paul. OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 8 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MATTEI, Lauro. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. **Revista Ensaios FEE**. v. 24; n. 1, pp. 271-294. Porto Alegre, 2003.

ROBINSON, Joan. **Contribuições à Economia Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SARQUIS, Sarquis J. B. **Comércio Internacional e Crescimento Econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011

SODERSTEN, Bo. **Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Interciência, 1979.